

Segregação sócio-espacial e percepção de risco de violência em conjuntos habitacionais do programa minha casa minha vida: o caso de Viçosa/MG

Nilo Sérgio de Souza*

Neide Maria de Almeida Pinto**

Ana Louise de Carvalho Fiúza***

Resumo

Neste artigo analisou-se a percepção do risco de violência dos moradores de três conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Viçosa-MG. Trata-se de um estudo de abordagem mista, cujos dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas feitas a 125 moradores dos conjuntos em questão. Nesse contexto, pretendeu-se identificar a percepção de risco de sofrer violência a partir das características locais e dos sinais de desorganização social presentes nesses espaços. Os resultados evidenciaram uma relação direta entre a segregação socioespacial e a percepção de sofrer violência pelos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.

Palavras-chave: habitação de interesse social; violência urbana; segregação sócio-espacial

Socio-spatial segregation and the perceived risk of violence in the minha casa minha vida housing program: the MG case

Abstract

This article analyzed the perceived risk of violence to which residents of three Minha Casa, Minha Vida housing projects in Viçosa-MG are submitted. It is a mixed approach study, whose data were obtained from semi-structured interviews with 125 residents of the housing projects under study. Therefore, the this study aimed to identify the perceived risk of violence due to the local characteristics and signs of social disorganization of these areas. The results showed direct relationship between the socio-spatial segregation and the violence perceived by residents of the housing projects surveyed.

Keywords: social interest housing; urban violence; socio-spatial segregation

Recebido em: 20/02/2016

Aprovado em: 07/02/2016

*Mestre em Economia Doméstica: nssouzaufv@gmail.com

** Professora Adjunta no Departamento de Economia Doméstica, UFV/MG: louisefiuza@ufv.br

*** Professora Adjunta no Departamento de Economia Doméstica, UFV/MG: louisefiuza@ufv.br

Introdução

Esse estudo partiu da premissa de que as características dos locais têm relação com a percepção de risco dos indivíduos. Assim, o declínio das condições ambientais locais pode levar a uma alta percepção de risco, o que por sua vez, pode contribuir para o enfraquecimento do controle social informal e retraimento do indivíduo na vida comunitária. Para analisar esse pressuposto, tomou-se como referência empírica três conjuntos habitacionais implementados em Viçosa, MG, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), destinados a famílias com rendimento de até três salários mínimos (César Santana Filho, Benjamim José Cardoso e Floresta), localizados em áreas segregadas socioespacialmente e com infraestrutura urbana deficitária.

Dentro dessa temática, alguns estudos (CARDOSO, et al, 2011; VILLAÇA, 2008, dentre outros) associados ao fenômeno da segregação socioespacial vêm focando sua atenção nos aspectos relacionados às forças que atuaram e que continuam atuando na dinâmica de construção do espaço urbano. Nesse âmbito, os estudos associados ao PMCMV, por exemplo, vem sofrendo recorrentes críticas pelo fato de esses programas frequentemente redirecionarem recursos federais para o mercado privado de habitação que, por sua vez, vem definindo a localização desses empreendimentos imobiliários. Pode-se mesmo dizer que o comportamento do mercado imobiliário atrelado a interesses do poder público municipal tem orientado a localização dos empreendimentos do PMCMV, conforme evidenciou o estudo de Soares, et al, 2014. Assim, frequentemente os empreendimentos do PMCMV têm se localizado em áreas inadequadas, carentes de equipamentos urbanos, o que, entre outras consequências, incide na mobilidade dos moradores, contribuindo para o seu isolamento socioespacial.

Nesse contexto, pretendeu-se a partir desse estudo analisar a percepção de risco de sofrer violência no contexto dos conjuntos habitacionais implementados pelo PMCMV e sua associação ao fenômeno da segregação socioespacial e aos sinais de desorganização social presentes nesses espaços. O tema em questão perpassa as discussões relativas à lógica das configurações sociais e das relações que se estabelecem no espaço urbano composto pelos beneficiários do PMCMV. Em princípio, esse contexto aponta também para as categorias relativas à cidade e às formas de sociabilidades nela estabelecidas.

Segregação, violência e percepção de risco

O fenômeno da segregação urbana vem sendo analisado de diferentes perspectivas, concernente às correntes e afiliações teóricas dos pesquisadores. Os autores da Escola de Chicago, por exemplo, apontam para uma voluntariedade da população ao se segregar com base em gostos e conveniências (segregação ecológica). Já os autores com uma perspectiva marxista percebem a cidade como produto e produção da sociedade capitalista. Incluindo-se nessa vertente e analisando a realidade das metrópoles brasileiras, Villaça (2001) ressalta a existência de diversos tipos de segregação urbana, mas assevera que o tipo de segregação dominante é a de classes sociais. O autor chama a atenção para que tal processo seja analisado sob a influência direta da classe social e não como algo que ocorre naturalmente. Para ele, a segregação é “um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 147-148), nomeando o fenômeno como segregação socioespacial.

Para Marinho e Schor (2009), o fenômeno é perpassado não só pelo contexto da concentração de grupos sociais, mas também pela competição por localização no espaço urbano, e também pela discussão das desigualdades presentes nesse espaço.

A segregação socioespacial seria então um processo heterogêneo, que produz separação e concentração de grupos sociais, assim como produz e reproduz desigualdades sociais no espaço, envolvendo três processos distintos: isolamento (a localização como agente segregador), desigualdade de acesso (em várias acepções da expressão) e homogeneidade interna e heterogeneidade externa (MARINHO; SCHOR, 2009, p. 80).

Na perspectiva de Caldeira (2008) e Villaça (2001), o padrão de segregação centro-periferia é o predominante nas cidades brasileiras e se caracteriza de forma sintética pela concentração de estratos de maior renda da população nas áreas centrais das cidades brasileiras. Nessas áreas, a infraestrutura urbana é significativamente mais ampla que aquela disponível aos mais pobres, habitantes das periferias.

No complexo quadro da violência urbana brasileira, percebe-se a influência marcante do processo de segregação urbana, em parte motivada pelo agravamento das desigualdades sociais, fruto do modelo de desenvolvimento econômico do País (FREITAS, 2008). Analisando esse fenômeno a partir de uma perspectiva histórica, Maricato (1996) aponta que a exclusão social fez parte do processo de industrialização e urbanização brasileiras. E esta exclusão se torna evidente nas cidades, onde o solo urbano é ocupado num contexto de conflitos entre atores sociais e onde situações de vulnerabilidade produzidas historicamente,

trazem, dentre outras consequências, a necessidade de morar em locais sem infraestrutura básica (MARICATO, 1996). Para Caldeira (1984), vida cotidiana, sociabilidade e periferia, emergem como dimensões interdependentes e indissociáveis. Para a autora, periferia não é somente um lugar distante do centro da cidade, mas também onde há precariedade de recursos e, portanto, onde reside a população mais pobre, o que significa deficiência no transporte, nos serviços públicos e na infraestrutura. Geralmente são lugares de difícil acesso, situando-se em área insalubre ou de topografia desfavorável (CALDEIRA, 1984).

No contexto das periferias, habitações precárias, falta de iluminação, áreas abandonadas e estruturas viárias caóticas, possibilitaram o desenvolvimento de espaços favoráveis às manifestações de violência, facilitando a constituição da "arquitetura da violência", nos termos de Leite (2004). Assim, a generalização da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança, passaram a fazer parte do cotidiano dos seus moradores, atingindo particularmente os que vivem nas favelas e bairros pobres, alimentando o círculo vicioso da violência cotidiana, onde os pobres tornam-se os mais temidos e os mais acusados, justificando a violenta e injusta repressão sofrida (ZALUAR, 1998).

Segundo Sant'Anna (2009), o isolamento social proveniente da segregação socioespacial, torna frágeis os laços de integração social, produzindo mecanismos sociais que facilitam a manutenção da pobreza e das desigualdades, criando novos padrões de sociabilidade. Para Hunter e Baumer (1982), a percepção de risco de vitimização está relacionada à integração entre moradores de um determinado local, já que um maior nível de integração social dos moradores reduz a percepção de risco de vitimização, aumentando a familiaridade do indivíduo com outros, ampliando a rede de apoio e controle social informal.

Haveria no sentido de Skogan (1986), uma correlação entre as características dos locais e a percepção de risco, ou seja, elas se retroalimentam. Uma alta percepção de risco pode contribuir para o enfraquecimento do controle social informal e retraimento do indivíduo na vida comunitária, levando ao declínio das condições ambientais locais, gerando assim, o aumento da percepção de risco. Assim, a infraestrutura urbana e a segregação socioespacial podem influenciar a percepção de risco dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, aspectos que se constituíram no objeto de estudo nesta pesquisa.

Metodologia

Esta pesquisa tem natureza descritiva e uma abordagem mista, possibilitando a análise de aspectos quantitativos e qualitativos. O campo empírico foi dimensionado junto aos

moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV, voltados para a população com renda de até três salários mínimos, em Viçosa, MG, no ano de 2014. Foram utilizadas a entrevista semiestruturada e a observação não participante como instrumentos de pesquisa. A amostra foi selecionada a partir do universo dos moradores das 255 casas e 80 apartamentos tendo sido realizadas 125 entrevistas nos três conjuntos habitacionais. As entrevistas foram realizadas com o consentimento do entrevistado, mediante assinatura do mesmo no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essas entrevistas foram gravadas, transcritas, tabuladas e analisadas pelo programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS). Esta pesquisa foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovada a sua realização.

Para esse estudo, a percepção de risco de sofrer violência foi analisada a partir de características encontradas nos conjuntos habitacionais pesquisados, conhecidas como “incivilidades” (barulhos em horários não permitidos; desentendimentos e brigas com vizinhos; brigas de crianças; animais nas residências; problemas com divisas; etc.), e sinais de desorganização social (consumo de bebida alcoólica e drogas no conjunto, presença de *gangs*, presença de meninos de rua, lixo acumulado, deterioração e/ou abandono de casas). Esses aspectos foram percebidos por Souza (2011) como “incivilidades”, na medida em que estas permitem pensar microviolências, ou ainda, sugerem a violência, preparando um ambiente que favorece a consecução de atos violentos, tendendo a provocar quebras no pacto social e no contexto de relações humanas e em regras de boas convivências. Para Garcia (2006), esta ruptura provocada pelas incivilidades, chega a ultrapassar as regras e atinge, também, as expectativas em relação à convivência e os pactos sociais que perpassam as relações humanas.

Buscou-se dimensionar a percepção dos entrevistados primeiramente em relação às ‘incivilidades’ e às situações de violência de modo geral no conjunto e arredores a partir de uma escala de Likert (cujas gradações variaram de 1 a 4 onde 1 não representava um problema e 4 um problema muito grave). Com relação à percepção de risco, utilizou-se também uma escala de Likert (variando de 1 a 5, onde 1 corresponde ao valor mínimo e 5, ao valor máximo de percepção de risco). As questões buscaram focar a percepção dos sujeitos sobre o risco de ser ameaçado, roubado na vizinhança ou de sobre agressão física no conjunto, na cidade ou no conjunto habitacional.

A percepção do risco de sofrer violência pelos moradores dos conjuntos habitacionais

Inicialmente buscou-se captar a percepção de risco dos entrevistados em relação aos elementos relacionados como sinais de ‘incivildades’ e de desorganização social. Sobre esses aspectos, os moradores se posicionaram de forma a apontar se alguns deles constituiriam (ou não) um problema no conjunto (tabela 1).

Tabela 1. Média da percepção dos entrevistados quanto aos problemas detectados nas relações entre vizinhos, pela amostra integral.

Problemas detectados nas relações entre vizinhos nos conjuntos habitacionais	Média (Min=1 Max=4)
Barulho após horário permitido no conjunto	1,59
Consumo de bebidas alcoólicas no conjunto	1,52
Brigas entre familiares no conjunto	1,45
Desentendimento entre crianças no conjunto	1,44
Modos de vida rurais prevaletentes (criação de animais nas residências)	1,90
Divisas de terrenos no conjunto	1,26
Queima ou acúmulo de lixo por vizinhos no conjunto	1,48
Abandono e/ou má conservação de casas/aptº no conjunto	1,41

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Mesmo não tendo sido percebido como um problema grave, na média geral dos entrevistados, o uso dos espaços atuais de residência para práticas associadas à criação de animais esteve relacionado à maior média de percepção dos problemas pelos beneficiários. Destaca-se, entretanto, que 31,2% perceberam este problema como grave ou muito grave. Nesse aspecto, os moradores se referiram ao uso do pequeno espaço reservado a cada uma das unidades para criação de cães, galinhas, porcos e até cavalos como sendo motivo de desavenças entre a vizinhança. Esses aspectos estariam relacionados à prevalência de modos de vida rurais que seriam vistos como incompatíveis com a vida em coletividade nos dois conjuntos compostos por casas.

A gente tem problema com os vizinhos, eles acabam fazendo algumas coisas que não gostamos, como por exemplo, dar banho no cachorro e depois jogar a água na canaleta¹. A água para e dá muito mal cheiro na porta da nossa cozinha. Esta canaleta é só pra água de chuva!
(Entrevistado 13, 18 anos – conjunto habitacional César Santana Filho).

Tem muita gente aqui que tem costume de criar galinha, pato, cachorro, nos fundos da casa. Eles esquecem que o fundo do quintal dele dá justamente na minha porta de cozinha, e é um mau cheiro

danado, pior é que não pode falar nada, senão a pessoa já quer discutir. Na cidade a gente sabe que não dá pra criar animal, porque não tem espaço, só que eles acham que isso é normal (Entrevistado 07, 27 anos – conjunto habitacional César Santana Filho).

O barulho produzido por aparelhos de som em residências, veículos ou outras situações de ruídos incômodos foi percebido como um problema pouco grave. Apenas 17,3% ressaltaram esses eventos como sendo uma questão grave entre a vizinhança. Isso se deu especialmente no conjunto de apartamentos Floresta onde a proximidade das moradias e a falta de isolamento acústico intensifica ainda mais os ruídos produzidos pelos moradores, causando incomodo entre alguns moradores que ressaltaram esse aspecto nos seus depoimentos:

A vizinha de cima acorda cedinho para trabalhar e usa um calçado que faz muito barulho aqui embaixo. Ela começa a andar e acorda todo mundo aqui em casa, parece até que faz de propósito para incomodar a gente (Entrevistada 8, 29 anos – Conjunto habitacional Floresta).

Dá final de semana aqui, é que o pessoal faz mais barulho. A gente tá querendo descansar e fica o pessoal ouvindo essa música alta no carro, debaixo da janela da gente. Tem que aguentar, porque se você chama a polícia eles ficam sabendo que você chamou e te marca, porque é gente que não tem nada a perder (Entrevistada 112, 34 anos – Conjunto habitacional Floresta).

O consumo de bebidas alcoólicas nos conjuntos também foi avaliado como um problema pouco grave (que obteve uma média de 1,52 nas avaliações), assim como as brigas familiares e entre vizinhos. Nesse aspecto, algumas falas dos depoentes deixam emergir uma tendência de percepção dos problemas relacionados a brigas e agressões no âmbito doméstico como do mundo privado, devendo, portanto, serem resolvidos “em família”. Por causa disso, acredita-se, não caberiam questionamentos, muito menos intervenção policial.

Entretanto, mais da metade dos entrevistados afirmaram já ter presenciado ou ter sido vítima de alguma ação violenta (tabela 2). Esses eventos estariam relacionados a agressões, pequenos furtos e/ou desentendimentos entre vizinhos.

Tabela 2. Percepção dos entrevistados em relação a já ter sofrido ou presenciado algum tipo de violência no conjunto habitacional

Conjunto habitacional	Já sofreu ou presenciou algum tipo de violência no conjunto habitacional	Frequência	Percentual
César Santana Filho	Sim	21	50,0
	Não	21	50,0
	Total	42	100,0
Benjamim José Cardoso	Sim	29	52,7
	Não	26	47,3
	Total	55	100,0
Floresta	Sim	14	50,0
	Não	14	50,0
	Total	28	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Acredita-se que a não percepção da violência pode estar associada à “hierarquização dos crimes”, conforme classifica Cardoso et al (2011) e que influenciaria de forma marcante a gradação dessa percepção. Nessa perspectiva, os sujeitos hierarquizam os delitos, havendo aqueles de maior lesividade social e aqueles que são mais tolerados em alguns grupos sociais. Esses aspectos estariam associados também à não notificação desses crimes. Para Cardoso et al (2011), diversas são as situações que fazem com que os crimes não sejam notificados: baixa confiabilidade na polícia, o tipo de bem roubado ou furtado, se o crime implica em situação vexatória, antecedentes criminais da vítima ou se existe outra alternativa de resolução do problema. Assim, para alguns crimes na sua maioria relacionados à violência de gênero (agressões à mulher) ou à criança e que ocorrem no ambiente doméstico a polícia sequer é solicitada. Esses geralmente causados pelo consumo de álcool ou relacionados a discussões ou brigas entre vizinhos e pequenos furtos. Dessa forma,

(...) quando se fala em hierarquia dos delitos [...] além dos estabelecidos na legislação, existem aqueles que são percebidos pela sociedade como os de maior lesividade social, ou até mesmo tolerado em alguns grupos sociais [...] quase todo cidadão tem uma opinião e uma visão particular da criminalidade. A maneira como ela é percebida, influenciada pelos meios de comunicação que noticiam os crimes de acordo com seus critérios de gravidade, alteram o imaginário social no que se refere à hierarquização dos delitos (CARDOSO ET AL, 2011, p. 507, 516).

A justificativa para a tolerância em relação a esses crimes estaria, pois, associada às características da sociedade brasileira – patriarcal e machista, confirmada, inclusive, em pesquisas do IPEA (2014), onde 78,7 % dos brasileiros concordavam com o ditado popular “Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”. Nesse sentido, a violência doméstica é encarada como sendo o âmbito do indivíduo, onde o Estado só deve interferir nos

casos mais graves. Tais tendências se justificariam em termos da culpabilização da mulher pela violência que sofre, a qual estaria diretamente ligada ao conservadorismo presente na sociedade brasileira que legitima a ideia da dominação masculina sobre a mulher.

Apesar de estar associada a um menor segmento - apenas 26,4% a consideraram como um problema “grave ou muito grave” – alguns depoimentos evidenciaram uma violência associada ao uso e tráfico de drogas, a qual colocaria em risco a segurança dos moradores.

Eu tive que fechar aqui com essa cerca de casqueiro, não ficou bonito, só pra fechar mesmo, porque estavam usando meu quintal como local de passagem. Tem mais ou menos um mês, mataram um rapaz na rua de baixo, ali perto do bar, e o cara que matou, passou aqui na porta da minha sala, com o revólver na mão. E minha menina brincando pertinho do local onde ele passou (Entrevistado 7, 28 anos – conjunto habitacional César Santana Filho).

Aqui já entraram dentro da minha casa, comigo aqui dentro, parece que eles tinham usado droga, eram jovens, eu tentei reagir, não valeu de nada, levaram algumas coisas, mas principalmente as coisas que tinha na geladeira, eles levaram tudo. Aqui, se você deixar um chinelo do lado de fora ou roupa no varal, eles levam. Coloquei muro e portão e agora só fico dentro de casa, não dá pra ficar dando bobeira na rua, aqui é tudo fechado (Entrevistada 60, 62 anos – conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Aqui, o pessoal que usa e trafica, anda aí na rua, com arma na mão, usando droga perto das crianças, eu tenho vontade de mudar daqui por causa disto, ter que conviver com estas coisas é muito ruim, principalmente pra gente que tem filho pequeno. (Entrevistado 118, 32 anos – conjunto habitacional Floresta).

A segregação socioespacial e consequente isolamento espacial do conjunto terminam por construir um território blindado, sem leis, onde dificilmente a polícia aparece para coibir essas ações que eventualmente estão associadas, inclusive, a pessoas estranhas aos conjuntos.

O pessoal usa na rua mesmo, e nem é escondido, até de dia eles usam, porque sabe que aqui é isolado, polícia aparece de vez em quando. Ninguém fala nada, se falar complica, é perigoso. Eles não invoca com ninguém, então é melhor deixar pra lá (Entrevistado 93, 21 anos - conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Aqui o pessoal usa droga lá na área de lazer, no campinho ali embaixo, porque é tudo escuro, ninguém vigia. Tem gente que vem de fora também e vai pra lá usar droga, isso é comum, quase todo dia tem (Entrevistada 22, 18 anos - conjunto habitacional Cesar Santana Filho).

Para esse segmento, o uso e o tráfico de drogas é percebido como um problema grave, pois entendem que esses crimes podem estar associados à prática de outros crimes, como

homicídios, furtos e roubos. No contexto deste estudo, esse segmento esteve associado àqueles entrevistados que têm filhos e veem este tipo de crime como uma influência negativa à sua prole, conforme apontam os depoimentos a seguir:

Eu tenho um filho que eu considero que perdi, perdi para as drogas. As coisas dele ficam aqui neste armarinho na sala, se ele entrar, não pode nem ir aos outros cômodos, é tudo chaveado senão leva tudo pra vender e trocar por droga, ele aparece de vez em quando (Entrevistada 123, 39 anos – conjunto habitacional Floresta).

Aqui o pessoal perdeu o respeito, usam arma e droga perto dos meninos, isso revolta a gente, porque eu tenho um filho pequeno. Só que não pode falar nada!.. Esse é o maior problema daqui, porque em outros lugares que eu morei, não tinha isso, porque era lugar mais movimentado (Entrevistado 118, 32 anos – conjunto habitacional Floresta).

Apesar desses depoimentos, alguns moradores afirmaram que o convívio com os usuários de droga e traficantes nos conjuntos não estaria associado à violência. Para além do aspecto de que os moradores podem não querer reforçar o estigma que associa o seu local de residência à criminalidade e à violência, os depoimentos podem querer mascarar o medo de alguma represália dos grupos marginais que ocupam os conjuntos.

O pessoal que usa droga é até gente boa e tranquila. (Entrevistada 122, 36 anos – conjunto habitacional Floresta).

O pessoal que usa droga existe, não posso dizer que não existe, mas pra mim não é problema, eles usam nos cantos do conjunto, não é perto da casa da gente, depois que usam, eles andam aí mas não mexe com ninguém, ficam na deles. (Entrevistado 48, 37 anos – conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Para a maior parte dos entrevistados, a percepção de segurança é maior no conjunto do que nas suas imediações e na cidade. De acordo com os dados, no interior dos conjuntos habitacionais, a preocupação com a possibilidade de ser ameaçado ou roubado ou ainda, de ser ameaçado ou sofrer agressão física é menor se comparada às suas imediações ou à cidade. Ainda assim, a percepção de risco nos conjuntos teve médias bastante significativas.

Tabela 3. Percepção de risco dos entrevistados, de ser roubado ou ameaçado e sofrer agressão física no conjunto, nas imediações do conjunto e na cidade

Conjunto habitacional	Locais e tipos de violência	Méd. risco Min.=1, Máx.= 5
César	Ser roubado ou ameaçado na vizinhança do conjunto	4,38
Santana	Ser roubado ou ameaçado na cidade	3,83

Filho	Ser roubado ou ameaçado no conjunto	3,02
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física na vizinhança do conjunto	3,43
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física na cidade	3,12
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto	2,55
Benjamim José Cardoso	Ser roubado ou ameaçado na vizinhança do conjunto	3,45
	Ser roubado ou ameaçado na cidade	2,89
	Ser roubado ou ameaçado no conjunto	2,29
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física na vizinhança do conjunto	2,82
	Ser ou ameaçado ou sofrer agressão física na cidade	2,42
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto	2,00
Floresta	Ser roubado ou ameaçado na vizinhança do conjunto	2,11
	Ser roubado ou ameaçado na cidade	2,79
	Ser roubado ou ameaçado no conjunto	1,50
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física na vizinhança do conjunto	1,57
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física na cidade	2,40
	Ser ameaçado ou sofrer agressão física no conjunto	1,54

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Assim, numa gradação de valor 1 até 5, as médias que demonstram a percepção dos entrevistados em relação ao risco de ser ameaçado ou roubado e risco de ser ameaçado ou sofrer agressão física nos conjuntos, são de 3,02 e 2,55, respectivamente no conjunto habitacional César Santana Filho, e 2,29 e 2,0 no conjunto habitacional Benjamim José Cardoso, atingindo os menores níveis de gradação de percepção no conjunto habitacional Floresta, com valores de 1,50 e 1,54.

Como já se ressaltou as médias de percepção de risco dos entrevistados no interior dos conjuntos foram as mais baixas quando comparadas àquelas percebidas em relação à vizinhança do conjunto ou à cidade. De acordo com os moradores, as principais vítimas dessas modalidades de crime (ameaça, roubo e agressão física) no interior dos conjuntos estariam mais associadas às pessoas estranhas ao conjunto, não-moradores, nomeadamente, prestadores de serviço ou visitantes quando existe a pressuposição de transportarem algum valor ou mercadorias. Segundo os depoimentos, os roubos, seguidos de ameaça ou agressão física, vitimam motoristas e cobradores de ônibus, taxistas e *motoboy*s, motoristas de caminhão, dentre outros:

Ali na subida do morro, já teve assalto a *motoboy*, ônibus e táxi, tanto que aqui *motoboy* e táxi não vem fora de hora, ali é complicado de passar. A gente às vezes passa ali de noite mas sempre com muito

medo (Entrevistada 95, 27 anos - conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Ali perto da gameleira, já chegando no outro conjunto, meu cunhado tava passando de moto, tinha vindo aqui em casa, era por volta de 10:00 horas da noite, uns caras cercaram ele, bateram e levaram a carteira e o celular. Aí eu fiquei sabendo e chamei a polícia. Nesse dia não apareceu ninguém lá, nem pra fazer ocorrência, falaram que as viaturas estavam todas ocupadas, atendendo outras ocorrências. Parece que é o lugar, quando fala que é das casinhas, eles não aparecem. Quando inaugurou aqui, o comandante da polícia falou que iriam criar um posto de apoio, exatamente no mesmo lugar onde aconteceu esse assalto, mas nada foi feito (Entrevistado 7, 27 anos - conjunto habitacional César Santana Filho).

Um dos entrevistados, ao ser questionado sobre a sua percepção em relação a ser roubado ou sofrer agressão física no conjunto, respondeu:

Olha, agressão, briga, pode acontecer, igual, mataram um rapaz ali embaixo, filho do dono do bar, mas ele mexia com droga e já tinha problema antes e também não era morador do conjunto. Mas ser roubado com arma e agressão, aqui dentro não acho possível. Não tem nem como, porque se alguém fizer isso com um morador daqui, é complicado pra ele. Os moradores vão revoltar, aí já viu né? não vai chamar polícia nem nada, porque se chamar eles não vem também, não adianta! (Entrevistado 10, 35 anos - conjunto habitacional César Santana Filho).

Este depoimento aponta para uma possibilidade de crimes serem “resolvidos” dentro do próprio conjunto habitacional, pelos próprios moradores. A fala demonstra, ainda, o descrédito em relação à intervenção policial. Nesse contexto, os moradores buscam dar suas próprias alternativas para os problemas de segurança pública que enfrentam cotidianamente. A construção de cercas, muros e colocação de grades nas portas e janelas são algumas das alternativas encaminhadas pelos moradores (e visualmente perceptível na maioria das unidades) para os pequenos furtos e a busca de maior sossego e tranquilidade no dia-a-dia.

Ainda não deu pra construir o muro, mas mês que vem acho que já vai dar para comprar os materiais. Ninguém vai assaltar aqui, porque sabe que é todo mundo pobre, vai levar o que? Mas eu preciso fazer o muro é por causa desse pessoal que rouba as coisa pra fumar pedra. Uma roupa que você deixa no varal, um par de chinelo, um botijão de gás, se eles vê, acaba levando. Além disso, a gente pode ficar mais sossegada em casa, meu netinho não sai pra rua, aí fica melhor (Entrevistada 76, 49 anos - conjunto habitacional Benjamim José Cardoso).

Não é apenas coincidência que à época da entrega das chaves, o Poder Público Municipal não considerou a necessidade de individualidade das chaves referentes a cada uma das unidades do conjunto: a mesma chave abria todas as portas das habitações. A segurança

do conjunto, das moradias e dos moradores é, maior parte das vezes, de responsabilidade dos moradores. Assim, para não terem suas casas devassadas, eles próprios tiveram que providenciar outra porta de grade, com cadeado exclusivo.

A gente teve que colocar grade, primeiro porque se passar e ver que não tem ninguém em casa, eles tenta entrar mesmo, ainda mais nessa rua de baixo, o pessoal ali do parquinho, sabe né? **Mas aqui também eles deram a mesma chave pra todo mundo, uma chave abria a porta das outras casas**, então colocamos outra porta de grade, com cadeado (Entrevistada 33, 18 anos - conjunto habitacional César Santana Filho).

Comparando a percepção dos entrevistados em relação à gradação do risco de ser ameaçado ou roubado e ser ameaçado ou sofrer agressão física nas imediações dos conjuntos habitacionais, as médias dessa percepção nos conjuntos habitacionais César Santana Filho e Benjamim José Cardoso são maiores que aquelas constatadas no conjunto habitacional Floresta, já que as médias relativas ao risco de ser ameaçado ou roubado e de ser ameaçado e agredido nas vizinhanças do primeiro e do segundo conjunto habitacional foram, respectivamente, de 4,38 e 3,43 no primeiro conjunto e 3,45 e 2,82 no segundo conjunto habitacional. No conjunto habitacional Floresta a percepção de risco é de 2,11 para ser ameaçado ou roubado e 1,57 para ser ameaçado ou sofrer agressão física (tabela 3). Essas médias menores estão associadas à ação de traficantes que “comandam” o local e “garantem” a liberdade de ir e vir dos moradores. Na contrapartida a esse acordo tácito, eles esperam não ter nenhuma ocorrência policial que faça com que a polícia seja chamada àquele local.

Quando mudei pra cá fiquei sabendo do rapaz que comanda aí o morro. Aí meus filhos começaram a ter problema, com umas pessoas cercando eles depois da aula na subida do morro. Procurei esse rapaz, pra mim é muito “gente boa”, expliquei o que tava acontecendo e pronto, nunca mais tivemos problema, acredito que aqui ninguém tem problema com segurança de andar de noite ou de roubo no apartamento, pode perguntar que não. Ele mesmo me falou que não tem interesse de ter problema aqui, senão vem polícia, aí o movimento dele cai (Entrevistada 122, 36 anos – conjunto habitacional Floresta). Eu trabalho de vigia, meu trabalho é noturno, chego em casa de madrugada e nunca tive problema aqui com ninguém, passo aqui qualquer hora. Tem o “pessoal” aqui do morro que não perturba quem é morador (Entrevistado 124, 30 anos - conjunto habitacional Floresta).

As condições precárias das vias que dão acesso aos conjuntos podem estar, portanto, relacionadas à maior percepção de risco pelos moradores. É o caso, por exemplo, do acesso improvisado e precário que é utilizado quase que exclusivamente por moradores desse

conjunto, denominado por eles como “escadão”. Trata-se de local sem iluminação e que se configura, em determinados períodos do dia, como local utilizado para uso de drogas e também onde diversos moradores do conjunto já sofreram agressão física, tentativas de agressão e foram vitimados por roubos de objetos pessoais como relógio, celular, dentre outros. Além do “escadão”, o trecho da estrada que liga os dois conjuntos habitacionais (César Santana Filho e Benjamim José Cardoso), apesar de ter pavimentação asfáltica, também é mal conservado e desprovido de iluminação. As condições dos acessos citados, bem como as notícias de ocorrências de situações de violência, provavelmente contribuem para o entendimento das altas médias de percepção de risco dos entrevistados nas imediações dos conjuntos, conforme mostram os depoimentos:

Ali no escadão, tem poucos dias, um senhor de idade estava voltando pra casa quando foi assaltado, levaram o celular dele e empurraram ele escada abaixo. Eu mesmo parei de passar ali, um dia tava vindo do culto, era por volta de 21:00 horas eu e minha esposa, aí começaram a jogar pedra na gente, eu não posso correr por que tenho problemas no braço e na perna, tomei duas pedradas. A Polícia sabe que ali tem problemas, eu nunca vi eles passarem. (Entrevistado 3, 52 anos - conjunto habitacional César Santana Filho).

Já tentaram me agarrar na chegada aqui do conjunto umas duas vezes, eu cheguei aqui em casa desesperada. Sozinha eu não passo ali mais não. Não tem luz, é muito perigoso. Se colocasse luz, resolvia nosso problema porque não tem jeito de sair desse conjunto de noite não, às vezes você precisa ir ali no outro conjunto e não tem jeito por causa dessa escuridão aqui no meio (Entrevistada 22, 18 anos - conjunto habitacional César Santana Filho).

As médias de percepção de risco de sofrer violência na área central da cidade pelos moradores dos conjuntos habitacionais Benjamim José Cardoso e Floresta tiveram valores aproximados, sendo maiores as médias de percepção de serem roubados ou ameaçados de roubo do que de serem agredidos ou ameaçados de agressão física. Para todos os entrevistados, no entanto, a percepção de risco nas áreas centrais da cidade, está relacionada à frequência nas praças públicas. Nessas ocasiões, a violência geralmente ocorre enquanto aguardam horários de transporte coletivo para retorno aos conjuntos habitacionais.

Considerações finais

O estudo evidenciou uma menor percepção de risco de ser ameaçado ou ser roubado no conjunto do que nas suas imediações ou na cidade. Tal como já se ressaltou nesse artigo, as identidades construídas entre moradores e agressores nesses espaços podem contribuir para

a instalação de um sentimento de segurança entre os moradores e os possíveis causadores desses delitos. Neste contexto, “o sentimento de insegurança cria um espaço público onde as diferenças tendem a ser cada vez mais ressaltadas e entendidas como ameaçadoras, o que muito contribui para reforçar processos de segregação e desigualdade” (FRATTARI, 2009, p.2). E, nesse âmbito, a polícia e o poder público quase sempre não representam os interesses desse segmento, levando-os a perceber muito mais proximidades entre os moradores do que entre aqueles que se intitulam os detentores do poder e da ordem.

Por outro lado, as “incivilidades” (barulhos em horários não permitidos, desentendimentos e brigas com vizinhos, brigas de crianças; animais nas residências; problemas com divisas; etc.) e sinais de desorganização social (consumo de bebida alcoólica e drogas no conjunto; presença de *gangs*; presença de meninos de rua; lixo acumulado; deterioração e/ou abandono de casas) não foram percebidos pelos moradores, em termos gerais, como problemas relacionados aos conjuntos.

Mais da metade dos entrevistados já sofreu ou presenciou algum tipo de violência no conjunto habitacional em que reside. Apesar disso, essa violência não foi percebida como um problema para mais da metade dos entrevistados. Apesar de residirem em locais segregados socioespacialmente, lidando com o preconceito que associa as periferias à criminalidade, os entrevistados, de modo geral, não veem a violência como problema. Isso talvez ocorra pelo fenômeno classificado por Cardoso et al (2011) que diz respeito à “hierarquização dos crimes”, que influencia de forma marcante, a gradação dessa percepção. Assim, alguns crimes que ocorrem no ambiente doméstico, não são sequer registrados pela polícia. Estes crimes estão relacionados a agressões à mulher ou à criança, geralmente causados pelo consumo de álcool; ou ainda relacionados a discussões, brigas entre vizinhos e pequenos furtos. Esses são, em alguns contextos, de certa forma, tolerados, como é o caso dos conjuntos pesquisados. As “microviolências” são interpretadas apenas como comportamentos inapropriados. Neste contexto, o tráfico de drogas, por exemplo, é considerado por alguns moradores, como algo corriqueiro, naturalizado, sobretudo, por manterem um convívio próximo com os traficantes e, na medida em que esses não os incomodam, não os percebem como uma ameaça à sua segurança.

As médias de percepção de risco no interior dos conjuntos foram baixas porque os moradores, geralmente, não são vitimados por roubos e ameaças de roubos e agressões físicas ou ameaças de agressões nesses locais. Estes crimes vitimam, na maioria das vezes, visitantes ou pessoas que estejam nos conjuntos para algum tipo de trabalho, principalmente aqueles

trabalhos que pressupõem o transporte de bens ou valores, como taxistas, caminhoneiros, cobradores de coletivo, mototaxistas, etc.

Nas imediações dos conjuntos observou-se maiores índices de percepção de risco de serem ameaçados ou roubados e de sofrerem agressão especialmente em relação aos conjuntos habitacionais cujas características dos locais de acesso são mais precárias. Esses fatores incidiram fortemente na maior percepção de risco dos entrevistados. Concluindo, os dados permitem evidenciar, com relação a todos os aspectos analisados, uma relação direta entre a percepção de risco dos moradores dos três conjuntos habitacionais pesquisados, com a realidade de segregação socioespacial a que são submetidos os moradores desses espaços urbanos.

Referências bibliográficas

CALDEIRA, T. P. R. *A política dos outros*. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2008.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. *Habitação de interesse social: política ou mercado?* Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

HUNTER, A. & BAUMER, T.L Street traffic, social integration and fear of crime. *Sociological Inquiry*, n.52, p.122-131, 1982.

LEITE, P.D. *Obstáculo urbano cria nicho para o crime*. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. C-1, 11 jan. 2004.

MARICATO, H. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINHO, T. P.; SCHOR, T. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins – AM. *Geografares*, n. 7, 2009.

FRATTARI, N. F. *Insegurança: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia*. 2009. 182f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FREITAS, O. A. F. *Segregação socioespacial e criminalidade urbana envolvendo jovens na cidade de Uberlândia- MG*. 2008. 233f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

GARCIA, J. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. *Educação Temática Digital*, v. 8, n. 1, p. 121-130, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Sistema de indicadores de percepção social*. Brasília: IPEA, 2014.

SANT'ANNA, M. J. G. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança In: CARNEIRO, S. M. S. (Org.) *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SKOGAN, W. G. *Fear of crime and neighborhood change*. In: ALBERT, J. R. & TONRY, Micheal *Communities and Crime*. Chicago: University of Chicago Press, 1986, p. 203-229.

SOUZA, R. G. Cidadania e incivilidades: reflexões e críticas fundamentadas nas representações sociais da violência urbana. *Interlink*, v. 2, n. 2, jul./dez., 2011.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

NOTAS

¹ O conjunto César Santana Filho (Sol Nascente), em sua parte central, tem uma canaleta que passa nos fundos das residências, utilizada para escoamento de água das chuvas. Entretanto, para que a água escoe normalmente, é necessário que cada morador a mantenha limpa no seu quintal, caso contrário, a água ficará empocada naquele ponto e também no quintal do vizinho.

